

# **Manifesto sobre as práticas comunicativas do Greenpeace Brasil e Instituto Socioambiental em cenários de tensionamentos**

*Manifest about communicative practices of Greenpeace Brasil and Instituto Socioambiental in a scenario of tension*

*Manifesto sobre las prácticas comunicativas de Greenpeace Brasil e Instituto Socioambiental en un escenario de tensión*

---

**Katarini GIROLDO MIGUEL, Brasil**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, BraSil / katarini.miguel@ufms.br

---

*Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*  
*N.º 144, agosto-noviembre 2020 (Sección Monográfico, pp. 141-162)*  
*ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X*  
*Ecuador: CIESPAL*  
*Recibido: 23-06-2020 / Aprobado: 22-10-2020*

## Resumo

Apresentamos um artigo de natureza reflexiva e factual, em uma circunstância de emergência, que parte de investigações anteriores sobre a comunicação em rede do movimento ambiental, e de uma leitura contemporânea do midiativismo socioambiental, para discutir o posicionamento midiático diante de um cenário de ataques diretos ao trabalho realizado por organizações ambientalistas. Nesse sentido, propomos uma discussão teórica alinhada a uma pesquisa exploratória sobre as possibilidades midiativistas, ancoradas nas práticas comunicativas de dois atores sociais desse campo ambiental, o Greenpeace Brasil e o Instituto Socioambiental. Avaliamos que respondem às afrontas governamentais de forma reativa; utilizam das diferentes mídias, redes sociais, linguagens e recursos ciberativistas, mas com pouco alcance no debate público, o que sinaliza para a necessidade de articular atuação institucional com mobilização social. Assim, para além de entender as transformações dos ativismos, ensaiamos o manifesto: o que resta ao midiativismo socioambiental?

**Palavras chaves:** midiativismo; ciberativismo; movimento ambiental, política ambiental, greenpeace, instituto socioambiental

## Abstract

We present a reflective and factual paper, in an emergency structure, which starts from previous investigations on the network communication of the environmental movement, and from socioenvironmental media activism, to discuss a scenario of attacks direct to the work carried out by environmental organizations. We propose a theoretical discussion with an exploratory research on the possibilities of media activism, based in the communicative practices of two social actors in this environmental field, Greenpeace Brasil and Instituto Socioambiental. We conclude that there are reactive answers to government affront; they use different media, social networks, languages and cyberactivist resources, but with superficial reach in public debate, which signals that need to articulate institutional action with social mobilization. So, in addition to understanding the transformations of activisms, we rehearsed the manifesto: what remains for socioenvironmental media activism?

**Keywords:** media activism; cyberactivism; environmental movement; environmental policy; greenpeace, instituto socioambiental

## Resumen

Presentamos un artículo reflexivo, en un contexto de emergencia, que parte de investigaciones previas sobre la comunicación en red del movimiento ambiental, y de una lectura contemporánea de activismo de los medios socioambientales,

para discutir un escenario de ataques directo al trabajo realizado por las organizaciones ambientales. En este sentido, proponemos una discusión teórica con una investigación exploratoria sobre las posibilidades activistas, ancladas en las prácticas comunicativas de dos actores sociales en este campo ambiental, Greenpeace Brasil e Instituto Socioambiental. Evaluamos que responden a los ultrajes del gobierno de manera reactiva; utilizan diferentes medios, redes sociales, lenguajes y recursos ciberactivistas, pero con poco alcance en el debate público, lo que señala la necesidad de articular la acción institucional con la movilización social. Entonces, además de comprender las transformaciones de los activismos, ensayamos el manifiesto: ¿qué queda para el activismo mediático socioambiental?

**Palabras clave:** media activismo; ciberactivismo; movimiento socioambiental; política ambiental, greenpeace, instituto socioambiental

### **1. Introdução-manifesto: o que resta ao midiativismo socioambiental?**

Partimos aqui de uma base empírica e reflexiva, fruto de nosso percurso conceitual e metodológico, que busca compreender as potencialidades da comunicação em rede do movimento socioambiental, protagonizado por ONGs (Organizações Não-Governamentais) como Greenpeace Brasil, WWF Brasil, Fundação SOS Mata Atlântica e Instituto Socioambiental. Já investigamos o impacto das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) na atuação do movimento e como a cibercultura transformou a divulgação das problemáticas ambientais, proporcionando mais alcance, notoriedade e imersão em estratégias de ciberativismo e na esfera midiativista. Lemos as práticas ciberativistas enquanto táticas de lutas que usam as ferramentas altamente replicáveis da internet para difusão de informações, que envolvem, por exemplo, petições eletrônicas, *culture jamming*<sup>1</sup>, ativismo, comunicação de guerrilha, entre outras propostas em que a tônica é difundir as mensagens e subverter os códigos contemporâneos (Malini & Antoun, 2013), em uma ótica de operacionalização das pautas reivindicatórias.

Já o midiativismo, como conceito em construção, carrega interpretações difusas, mas apontamos como cerne o uso das diferentes mídias para potencializar o ativismo nas mais variadas frentes, prática já bastante recorrente, independente do advento tecnológico, mas impulsionada pela estrutura em rede (Mazzarino & Miguel, 2017). Braighi & Câmara (2018, p.32)<sup>2</sup> coadunam com

1 *Culture jamming* como tática de mídia radical, indicada por Downing (2005), visa a manipulação de imagens de forma artística para fazer denúncias e se mobilizar em sentido cômico e afetado.

2 Os autores recuperam as diversas apropriações que podem diluir o conceito midiativista e demarcam as diferenças entre midiativismo e activismos midiáticos, dentre outras possibilidades como mídia livre, mídia radical ou comunitária, com lugares, compromissos e formas de atuar diferentes, mas que integram a acepção de mídia alternativa, já bastante reconhecida no campo da comunicação. Ver Braighi & Câmara (2018).

o entendimento de que as práticas midiativistas foram facilitadas pelas redes, ou seja, pela internet e pelas “conexões que ela permite realizar em fóruns, interações e campanhas, criando, então, um novo modelo de mídia”. No esforço de caracterizar a práxis, os autores destacam:

O midiativismo só se faz com midiativistas, sujeitos portadores de uma vontade solidária, que empreendem ações diretas transgressivas e intencionais, e veem as próprias capacidades de intervenção social, antes localizadas, sendo potencializadas. Isso por meio de um registro midiático que visa necessariamente amplificar conhecimento, espalhar informação, marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa (Braighi & Câmara, 2018, p.36).

Apesar de centralizarem o indivíduo midiativista, acompanhamos Moraes e Fante (2018, p.352) quando visualizam que o midiativismo ambiental depende, majoritariamente, do movimento ambiental organizado, uma “complexa relação que se forma entre as causas ambientais, seus defensores e as suas formas de midiaticização”. As ONG, nas quais nos debruçamos e que integram o movimento, atendem esses delineamentos e usam do midiativismo e do ciberativismo para difundir, replicar informação, conceber narrativas de engajamento<sup>3</sup> dos diferentes tipos de público.

No presente trabalho nos preocupamos em discutir os desafios da comunicação em rede a partir das decisões políticas do governo atual, e como se configuram as possibilidades (ciber) ativistas neste cenário de total aviltamento da luta socioambiental. Jair Bolsonaro (sem partido) foi eleito Presidente da República para a gestão 2019-2022, com um projeto econômico excludente, desenvolvimentista e declaradamente avesso aos movimentos e reivindicações sociais progressistas. O que reverbera nas decisões tomadas até então, que resumimos aqui a poucos fatos e sem presunção ideológica: enfraquecimento dos órgãos de gestão ambiental como a Funai (Fundação Nacional do Índio), com a consequente paralisação das demarcações de terras indígenas; diminuição da participação da sociedade civil organizada no Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente) e retirada total das ONGs do conselho deliberativo do Fundo Nacional de Meio Ambiente. Ademais de um plano discursivo governamental de total desqualificação do debate sobre mudanças climáticas, com extinção da secretaria específica, e de constantes acusações diretas feitas ao trabalho realizado por grupos ambientalistas. O momento, portanto, pede atenção redobrada e apropriação dos recursos tecnológicos, e uma construção científica, em nome da sanidade ambiental<sup>4</sup>.

3 Usamos aqui o conceito de engajamento em sua semântica corrente, diretamente relacionado à participação e envolvimento, ainda que em diferentes níveis. Engajar como ato de se comprometer, se empenhar por uma causa, pensamento ou ideologia política (Miguel, 2014).

4 Acrescentamos ainda, pela urgência e factualidade necessária, a declaração feita pelo então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, durante uma reunião ministerial no dia 22 de abril de 2020, que veio à público por ordem judicial. “Precisa haver um esforço nosso aqui, enquanto estamos neste momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid, e ir passando a boiada e mudando todo o

Em artigo-manifesto, publicado por pesquisadores brasileiros na revista internacional *Nature Ecology & Evolution*, “*Help restore Brazil’s governance of globally important ecosystem services*”<sup>5</sup>, os autores chamam atenção para o arrebatamento das políticas públicas socioambientais e os iminentes riscos à sociobiodiversidade. O texto propõe investir em três frentes para “restaurar a governança dos serviços ecossistêmicos de importância global” (tradução nossa): desenvolvimento de agroindústria sustentável; proteção e restauro de ecossistemas terrestres, de água doce e marinhos; e fortalecimento dos direitos dos povos indígenas e tradicionais.

Com a inspiração deste manifesto propositivo, trazemos aqui uma análise de caráter exploratório (Gil,1999) que reverbera em uma síntese descritiva e problematizadora do midiativismo socioambiental diante dos tensionamentos atuais. Para tanto, discutimos em um primeiro momento a trajetória do movimento ambiental e suas apropriações midiáticas. Na sequência, trazemos nossas reflexões empíricas, centradas mais diretamente na observação das informações constantes nos portais institucionais do Greenpeace Brasil e do Instituto Socioambiental, como âncoras da comunicação ciberativista, durante o mês de fevereiro de 2020, dialogando com os resultados de nossas pesquisas anteriores<sup>6</sup>, no sentido de levantar indicativos sobre as possibilidades do ativismo em rede. Por fim, ousamos sugerir alguns caminhos e ensaiar uma resposta: o que resta ao midiativismo socioambiental?

## 2. Movimento ambiental e sua potência comunicativa

Para balizar a discussão sobre as potencialidades do midiativismo socioambiental, no caso, protagonizado por organizações de um amplo e difuso movimento social, é preciso entender o percurso de luta e atuação, a partir de perspectivas teóricas e metodológicas que não reduzam o campo de visibilidade meramente aos grupos e organizações ecologistas, como coloca Enrique Leff (2001). O autor elenca tarefas primordiais para entender o movimento ambiental em toda sua complexidade como investigar a legitimidade, as demandas, os valores, os objetivos e o impacto do discurso ambientalista além de “esclarecer as estratégias de poder destes novos movimentos da sociedade

regramento e simplificando normas”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/declaracao-de-salles-de-passar-a-boiada-provoca-guerra-de-anuncios.shtml?origin=uol>

5 O artigo teve o apoio de 1230 pesquisadores, e tem como autores principais a pós-doutoranda do Departamento de Ecologia e Zoologia da UFSC Carolina Levis e o pós-doutorando do Departamento de Biologia Vegetal da Unicamp Bernardo Flores. O conteúdo é restrito e foi Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41559-019-1093-x>.

6 As pesquisas, de abordagem qualitativa, objetivos exploratórios e descritivos, fizeram uso de procedimentos metodológicos Bibliográficos, além de Estudos de Caso e Análise de Discurso, no sentido de sistematizar e reconhecer as propostas narrativas, ativistas e tecnológicas das ONGs expoentes. Destacamos os resultados das publicações Mazzarino & Miguel (2017); Miguel & Fraiha (2019) e Miguel (2019), desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa “Comunicação e Mobilização dos Movimentos Sociais em Rede” (CNPq) e como parte do projeto de pesquisa “Pensar a Cibercultura Ambientalista” (2014-2019), realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

civil para transformar a racionalidade dominante, incorporando os valores éticos e princípios produtivos do ambientalismo” (Leff, 2001, p.108). A nossas investigações estão concentradas em compreender as potencialidades da comunicação em rede e a força política que pode exercer na divulgação das causas, portanto, nos cabe o questionamento se o movimento é supervalorizado no contexto da luta ambiental na contemporaneidade ou minimizado como grupos dispersos sem força política concreta ou resultados práticos? (Leff, 2001).

Composto em bases (ao menos discursiva) de equidade, sustentabilidade, diversidade, autogestão e democracia, o ambientalismo, para Leff, enquanto grupo organizado, chega até mesmo a reorientar os objetivos e estratégias de outros movimentos sociais; consegue reivindicar participação em assuntos políticos, tem táticas de inserção em aparelhos do Estado, ao mesmo tempo em que atua de forma descentralizada, com relações políticas horizontais, táticas de comunicação e mobilização bastante demarcadas. São grupos variados, que abarcam uma heterogeneidade de atores e uma inerente transdisciplinaridade para tratar da preservação do meio ambiente – outro conceito não menos difuso, reduzido muitas vezes a questões de fauna e flora, não concebendo a interdependência necessária com fatores sociais, econômicos e políticos (Miguel, 2014).

Justamente a dimensão “meio ambiente” exige a interlocução com aspectos sociais, portanto, ganha espaço nesta reiteração o termo socioambiental, contemplando políticas públicas mais amplas para grupos vulneráveis, por exemplo. Concebemos, neste contexto, o movimento (sócio) ambiental enquanto grupos/organizações/representantes da sociedade civil, antissistêmicos, que atuam numa dinâmica para corrigir formas destrutivas de relacionamento entre homem e seu ambiente natural (Castells, 2000). Estão nesse escopo movimentos de povos tradicionais, trabalhadores sem-terra, atingidos por barragens, movimento estudantil, de mulheres, de defesa do consumidor, entidades pacifistas e sindicatos (Leis & Viola, 1995; Jacobi, 2007).

As finalidades do movimento, para Manuel Castells (2000), estão nucleadas na defesa de ambientes específicos, novos valores humanos e formas de convivência entre economia, sociedade e natureza. O autor avalia ainda que não há setor de lutas e reivindicações que o movimento ecológico não seja capaz de incorporar – daí a dificuldade em precisar categoricamente esses movimentos, mas o percurso histórico evidencia a centralidade do ativismo midiático.

A primeira campanha pela proteção da vida selvagem, que se tem notícia, se deu em defesa das aves marinhas, que eram abatidas por caçadores, ao longo da costa de Yorkshire, na Grã-Bretanha. Foi então que, em 1867, os residentes da área fundaram a Society for the Protection of Seabirds, já fazendo uso de um jornal para divulgar e ampliar a ação (Tavolaro, 2007). A relação estreita e programada que o movimento ambientalista tem com a mídia fica evidenciada desde esse primeiro momento. Mais tarde, as consequências da revolução industrial

também suscitaram manifestações a favor do meio ambiente, ainda que de forma incipiente, mas com duras críticas às formas de produção econômica. Apesar de remontar séculos anteriores, a luta ambiental que nos interessa aqui ganha força, especificamente, entre os anos 1950 e 1960, no significativo contexto pós II Guerra Mundial, com os movimentos contraculturais povoando a cena política e colocando em pauta a apropriação da natureza, a defesa dos recursos naturais, as formas de consumo e os modelos de desenvolvimento econômico e social.

Em 1962, a publicação do romance de Rachel Carson, *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), deu relevância e abrangência à causa ambiental ao descrever os efeitos dos agrotóxicos no meio ambiente e denunciar abertamente a degradação da natureza, o que pautou a revolução ambiental estadunidense e refletiu significativamente em países da Europa, além de Canadá, Japão e, mais tarde, a América Latina (Leis & Viola, 1995).

Se antes a proposta ecológica estava restrita às elites dos países dominantes, afetadas pela industrialização, foi a partir da década de 1960 que os ideais ambientalistas começam a permear as classes populares e, com base na opinião pública, dão margem para a formação de um movimento que senão de massas, ao menos com uma amplitude considerável (Castells, 2000).

Consideramos, contudo, que a problemática ambiental é alçada a fenômeno politicamente significativo a partir dos eventos e conferências que alcançam os diversos setores e, sobretudo, ganham os holofotes midiáticos. A primeira delas foi a Conferência de Estocolmo, em 1972; ainda que reduzisse a questão a soluções técnicas, deu início ao aprofundamento crítico da temática. Mas foi a Comissão do Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio 92, o maior e mais importante evento ambiental que, de fato, deu visibilidade ao postulado do desenvolvimento sustentável e da preservação ambiental em nível internacional (Miguel, 2014). Com menos ineditismo, mas significativa produtividade midiática, a Rio+10, em Johannesburgo, África do Sul, buscou reavaliar os compromissos firmados, enquanto a Rio+20, em 2012, retorna ao Rio de Janeiro, como um marco histórico. Da Rio 92 à Rio+20, Alonso & Favareto (2012) avaliam que houve significativas mudanças no perfil do movimento ambiental, em especial brasileiro, que se colocou como forte e globalizado, porém pouco contestador. Na opinião dos autores, as organizações refutaram a postura crítica de antagonista do Estado, na ocasião, para firmar parcerias com o governo. De opositora a parceira, nos deparamos agora com uma conjuntura em que são afrontadas diretamente e deslegitimadas pelo discurso pretensamente oficial; então como se posicionam?

A resposta vem pelo espectro comunicativo das grandes organizações ambientalistas, que têm forte caráter midiático, compõem práticas comunicativas, com base em direitos fundamentais, que conquistam adesão social e as consolidam politicamente. Na mesma esteira, Castells coloca que a expansão do movimento ambiental seu deu, principalmente, pela composição

da sociedade em rede, pós década de 1960 e da própria incidência das tecnologias da informação e comunicação, e justifica com propriedade.

Proponho a hipótese de que existe uma relação direta entre os temas abordados pelo movimento ambientalista e as principais dimensões da nova estrutura social, a sociedade em rede, que passou a se formar nos anos 70 em diante: ciência e tecnologia como os principais meios e fins da economia e meios e fins da economia e da sociedade; a transformação do espaço, a transformação do tempo; e a dominação da identidade cultural por fluxos globais abstratos de riqueza, poder e informações construindo virtualidades reais pelas redes de mídia” (Castells, 2011, p.154).

Nossas pesquisas anteriores revelam as táticas midiativistas mais atuais do movimento socioambiental: difundem e viralizam informações de forma trans e multimidiática, propõem formas de mobilização em rede a partir de recursos ciberativistas como petições eletrônicas, replicação em massa de mensagens, compartilhamentos; usam de etiquetas temáticas (*hashtags*) para potencializar as informações, ampliar o alcance das problemáticas e provocar o debate público<sup>7</sup>, em suma, possibilitar a conversação entre diferentes públicos. Mas essas estratégias se sustentam em um cenário de conflitos diretos? Na sequência, resgatamos nossos resultados empíricos e atualizamos a investigação com uma pesquisa exploratória, na tentativa de entender o posicionamento político/comunicativo das ONGs e o papel do midiativismo socioambiental contemporâneo.

### **3.Do ativismo midiático e midiativismo socioambiental: constatações empíricas**

Vamos nos concentrar aqui nos resultados que obtivemos, em investigações anteriores, entre os anos de 2017 e 2019, em diálogo com uma análise exploratória, realizada a partir dos portais institucionais das ONGs e dos temas ali em evidência, durante o mês de fevereiro de 2020<sup>8</sup>, construindo, então, problematizações sobre tais práticas comunicativas em um contexto de crise política. Nossos sujeitos de pesquisa no presente artigo são o Greenpeace Brasil ([greenpeace.org.br](http://greenpeace.org.br)), ONG internacionalista, mas com atuação local desde a década de 1990, e o Instituto Socioambiental ([socioambiental.org](http://socioambiental.org)), fundado na

7 Entendemos a concepção histórica e complexa do termo debate público, alinhado às ideias de esfera pública de Habermas, assim como suas transformações em um ambiente midiaticizado. Usamos o termo, com apoio de Gomes (2008, p.72), nos apoiando em características que ainda sustentam a ideia de debate público como “necessidade de conversão de toda pretensão em discurso para que essa possa ser admitida como válida”. Além disso, alia-se à ideia de debate público a visibilidade (exposição) e a acessibilidade (possibilidade de intervir no debate).

8 Observação sistemática realizada desde o primeiro dia do mês de fevereiro, seguindo até dia 26 do mesmo mês, concentrada nos destaques da página inicial. Contudo, a própria característica transmídia e os recursos hipertextuais nos levaram a diferentes espaços comunicativos que, quando se mostraram relevantes, trouxemos para as discussões.

mesma época, mas em bases nacionais e com fundamento de proteção dos povos tradicionais. Duas organizações ambientalistas de relevância, histórico no movimento social e perfil distinto para ampliar nossas reflexões. Com estrutura comunicativa bastante sólida, equipe específica e produções diversificadas, as ONGs mantêm portais institucionais, blogs, redes sociais Facebook, Instagram, Twitter, canal no YouTube, além de criarem plataformas de comunicação específicas para determinadas campanhas.

Já levantamos os investimentos feitos por essas organizações em narrativas mais complexas que usam recursos tecnológicos como realidade virtual, *gamificação*, geolocalização para potencializar o engajamento. A característica central de praticamente todas as produções analisadas é a multi e transmidialidade, uma vez que atuam e inundam diferentes espaços midiáticos. Essas definições de multimídia, em sentido lato, e transmídia como um universo comunicativo convergente e independente - bastante debatidas por Jenkins (2008) e Renó & Flores (2012) -, superam as marcações rígidas, já que são processos imanentes da rede, que se manifestam no plano estético-expressivo e nas próprias estruturas narrativas (Miguel & Fraiha, 2019).

Em suma, verificamos a perspectiva transmídia porque há a real transcendência das narrativas que não se limitam às campanhas e notícias no âmbito do ciberespaço, mas se expandem para petições públicas, manifestos, filmes, publicações físicas, campanhas na mídia convencional e até material promocional (Miguel & Fraiha, 2019). Empiricamente, avaliamos que o engajamento nessas redes, revelado aqui de forma mais objetiva pelo número de curtidas e comentários, é proporcional à notoriedade da ONG e tempo de atuação. O Greenpeace, por exemplo, tem mais de três milhões de seguidores no Facebook, enquanto o ISA tem 190 mil. Sabemos a fragilidade dessa métrica, mas traz um forte indicativo de concordância.

Os portais servem como repositórios de conteúdo e acervo institucional, mantendo na página principal as notícias de interesse, campanhas, manifestos com uma estrutura de destaques mais pautada, a partir de 2019, pelas polêmicas ambientais governamentais, tendência que não verificamos em anos anteriores, o que gerava uma certa dissonância entre o debate da política ambiental governamental e o fechamento das ONGs no desenvolvimento de seus próprios projetos. Com isso, revelamos o interesse (ou mesmo necessidade) em se manter no debate público urgente e se posicionar politicamente. O consenso entre ONGs e Estado, colocado pelos autores, está minado. Temos agora um constante embate.

O Greenpeace Brasil mantém um portal institucional, que estudamos desde 2012, com uma performance pendular: ora mais lúdico, com jogos e personagens em desenho animado, ora mais combativo com manifestos diretos e linguagem mais agressiva (Miguel, 2014). No momento das observações para o presente trabalho, o mês de fevereiro de 2020, os três destaques rotativos do portal revelaram exemplarmente essa característica. Elencamos. 1) “Jornada das

tartarugas: curta metragem com comovente história de uma família tentando chegar em casa em um oceano cheio de ameaças”<sup>9</sup>, sobre uma animação produzida por um importante estúdio de Hollywood, atrelado a um manifesto bastante simplista “se você concorda com a proteção dos oceanos, entre em nosso abaixo-assinado”. 2) “Parem a destruição ambiental!”<sup>10</sup>: o desmonte das políticas e órgãos de proteção ambiental do Brasil que vem sendo empreendido pelo atual governo está trazendo graves consequências para o país, como temos visto nos últimos meses”, aqui revelando a crítica direta e denunciando os problemas mais atuais como as queimadas na Amazônia e o vazamento de óleo no litoral nordestino. A petição traz a chamada: “Exija que o Governo tome medidas concretas para proteger as pessoas e a biodiversidade”. 3) “Vamos juntos proteger a Amazônia”, uma campanha de filiação que é bastante constante no Greenpeace, sob a justificativa de garantir recursos financeiros independentes para o desenvolvimento das ações.

Ao longo da página, o Greenpeace mantém chamadas vocativas que revelam a responsabilidade individual (e ilusória) do tipo: “você tem o poder, mude o mundo” e tenta ser mais direto no quesito engajamento a partir da seção “o que você pode fazer ainda hoje”, que traz diferentes petições em rede para o internauta assinar e “fazer sua parte”, sempre com um texto explicativo, acessível, mas generalista, e os respectivos campos para assinar o manifesto. Vão desde campanhas pela proteção dos oceanos, para minimizar as mudanças climáticas, preservar as abelhas, até a mais localizada e concatenada com a realidade brasileira para preservação da Amazônia. A campanha #todospelaamazonia é explícita nas críticas ao governo.

Em vez de fortalecer medidas de proteção à floresta e garantir nosso futuro, o governo está liderando um verdadeiro desmonte da política ambiental brasileira, enfraquecendo os órgãos de combate aos crimes contra a natureza e premiando aqueles que destroem o meio ambiente. Como resultado, estamos vendo a floresta virar fumaça com grandes queimadas e os índices de desmatamento dispararam” (Greenpeace, 2020).

Reconhecemos o espaço para participação, ainda que reduzido, e a possibilidade de gerar debate e pressão política. Não é possível saber a quantidade de assinaturas e a instrumentalização do recurso ciberativista nestes casos, mas o usuário recebe um e-mail personalizado para agradecer e colocar outras formas de participação, inclusive, a partir da filiação. Também é convidado a replicar e aumentar o alcance da mobilização pelas diferentes redes

9 Herrero, T. (2020). Jornada das tartarugas: um filme sobre as ameaças aos oceanos. *Greenpeace Brasil*. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/jornada-das-tartarugas-um-filme-sobre-as-ameacas-aos-oceanos/>

10 Greenpeace Brasil. (2019). Parem a destruição ambiental!. *Greenpeace Brasil*. Disponível em: [https://www.greenpeace.org.br/parem-a-destruicao-ambiental?\\_ga=2.253041737.1770710740.1580842767-2073466421.1502818922](https://www.greenpeace.org.br/parem-a-destruicao-ambiental?_ga=2.253041737.1770710740.1580842767-2073466421.1502818922).

sociais e aplicativos de mensagens instantâneas. Outro ponto interessante é o ambiente com arquivos para downloads, sugerido no momento da assinatura da petição pela Amazônia, “Inspire-se com nosso Guia de Mobilização<sup>11</sup>”. Ali estão disponíveis “materiais educativos” (como cartilhas), vídeos, e outros mais ativistas como filtro para Facebook, imagens para compartilhar, endereço eletrônico de grupos de discussões sobre o tema em questão, orientações para produzir os próprios banners, cartazes, abaixo-assinados e, até mesmo, realizar intervenções criativas e criar memes. Os memes como opinião ilustrada e, por vezes, ciberativista, integram o contexto do que Ivana Bentes (2015) denomina como pós-mídia de massa, pautado pela conversação, pela memética e replicabilidade. Por um lado, evidencia a apropriação de recursos contemporâneos da comunicação por afetação, por outro, pode limitar a participação a expressões virtuais bem-humoradas.

Não pretendemos estabelecer hierarquias de mobilização e sabemos que o ambiente em rede integra o cotidiano, mas é importante retomar as manifestações presenciais feitas pela ONG, inclusive porque constavam no portal durante nossa sistematização, fevereiro de 2020. Em uma performance no Palácio do Planalto os ativistas simularam vazamento de petróleo, em referência ao óleo que atingiu mais diretamente o litoral nordestino a partir de agosto de 2019<sup>12</sup>, e conseguiram pautar grandes veículos como Folha de S. Paulo e o portal Terra. O ato também foi uma resposta às acusações feitas pelo Ministro do Meio Ambiente de que os ativistas da ONG eram terroristas e responsáveis pelo vazamento de óleo no litoral, ironizando-os com a alcunha “greenpixe”. A ONG ainda publicou a nota pública “Um governo contra o meio ambiente”<sup>13</sup> e acionou a justiça.

Relacionamos aqui o fenômeno contemporâneo, indicado por Sodré (2018, p.21), de “combinar o poder mobilizador das redes com a força presencial das ruas”. Ou seja, para além do plano simbólico da comunicação, também mantém manifestações recorrentes, em uma simbiose entre rua e tela. As elaborações de Renata Dias (2007, p.202) esclarecem melhor.

(...) movimentos operam uma ação política que se realiza desde o primeiro momento na mídia, isto é, preparam, através do fluxo de enunciados pedagógicos e organizatórios realizado entre mídias radicais e mídias de organização, a ação de protesto que se desenvolverá fora da mídia, na praça. Os agentes mediatizam assim o próprio processo de organização (...). As ações dos movimentos

11 Greenpeace Brasil.(2019). Guia de Mobilização #TodospelaAmazônia. Greenpeace Brasil. Disponível em [https://downloads.greenpeace.org.br/guia-de-mobilizacao-sem-floresta-sem-vida/?utm\\_source=referral&utm\\_medium=internal&utm\\_campaign=queimadas%26utm\\_content=en\\_share\\_website&\\_ga=2.144475190.244273757.1581216722-1742193433.1581216722](https://downloads.greenpeace.org.br/guia-de-mobilizacao-sem-floresta-sem-vida/?utm_source=referral&utm_medium=internal&utm_campaign=queimadas%26utm_content=en_share_website&_ga=2.144475190.244273757.1581216722-1742193433.1581216722).

12 Greenpeace Brasil.(2019). Crise do óleo e da Amazônia: Greenpeace realiza ação contra desmonte ambiental. Greenpeace Brasil. Disponível em:<https://www.greenpeace.org/brasil/press/crise-do-oleo-e-da-amazonia-greenpeace-realiza-acao-contra-desmonte-ambiental/>.

13 Greenpeace Brasil.(2019). Um governo contra o meio ambiente. Greenpeace Brasil. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/resista/um-governo-contra-o-meio-ambiente/>.

apontam para o exercício de uma política que alia tela e rua numa perspectiva de complementaridade, já que não bastaria para os agentes apenas preparar, organizar as ações na Internet se elas não acontecessem na rua.

Em um novo ultraje, em 13 de fevereiro de 2020, questionado por jornalistas sobre a reformulação do Conselho Nacional da Amazônia Legal, que foi transferido do Ministério do Meio Ambiente para o comando da vice-presidência, o Presidente da República chamou o Greenpeace de lixo. A ONG respondeu diretamente ao chefe do executivo, com assinatura da assessoria de imprensa, e a retranca “Posicionamento”<sup>14</sup>, em que diz lamentar “que um Presidente da República apresente postura tão incondizente com o cargo que ocupa” (Greenpeace Brasil, 2020). O caso colocou o Greenpeace nos *trending topics* (mais citados) do Twitter, que aproveitou a referência e rebateu a partir dos projetos que desenvolve para minimizar o impacto da produção dos resíduos: “De lixo a gente entende”.

As afrontas do governo e arbitrariedades políticas levaram o Greenpeace a lançar uma página específica com informações, a [governodadestruicao.org](http://governodadestruicao.org), que elenca mês a mês, durante o ano de 2019, os prejuízos ambientais acarretados pelas decisões, especialmente, do Ministério do Meio Ambiente, a partir de notas explicativas e hiperlinks para as notícias referentes, publicadas pelos veículos de comunicação convencionais. A construção narrativa mais cômica, direta, de exageros nos textos e nas imagens dialogam com a proposta do *culture jamming* e da comunicação por afetação. Vemos aqui a tentativa de ser assimilável e atrativo, para além de dar fôlego para os temas em conflito. Ao mesmo tempo, é interessante notar o vínculo com a mídia convencional, em uma espécie de curadoria de notícias de interesse, e a proposta de engajamento mais direto, por meio das petições. Entretanto, não estimamos uma abrangência considerável por não ser um conteúdo em destaque no portal e não constar com frequência e notoriedade nas redes sociais digitais, por exemplo. A plataforma foi encontrada aleatoriamente em uma postagem de notícia do portal, constante na página inicial.

---

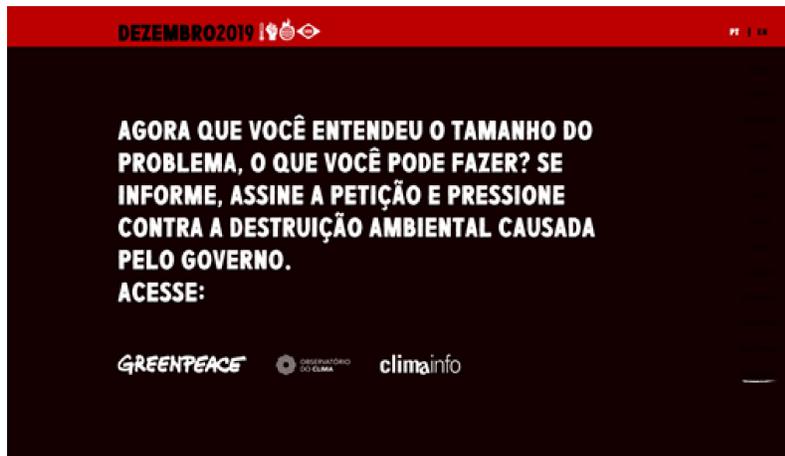
14 Assessoria de Imprensa (2020). Posicionamento - resposta ao presidente Bolsonaro. Greenpeace Brasil. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/press/posicionamento-bolsonaro-desconhece-greenpeace/>.

Figura 1: Imagem da plataforma *Governo da Destruição*.



Recuperada de <https://governodadestruicao.org/>

Figura 2: Imagem da plataforma *Governo da Destruição*.



Recuperada de <https://governodadestruicao.org/>

Ainda nessa esfera ciberativista, o Greenpeace também mantém *O Bugio*<sup>15</sup>, plataforma que permite criar diferentes campanhas online na perspectiva

15 O Bugio. (2019). Nova Campanha. O Bugio. Recuperado de <https://www.obugio.org.br/petition/new?source=Story>

socioambiental. Notamos um caráter mais local, com indicativo da quantidade de assinaturas e destaques na página inicial para as campanhas com mais engajamento. Na página inicial constavam, por exemplo: “Não à derrubada da Mata Atlântica em Porto Alegre (RS)”, “Não ao desmatamento no Parque dos Poderes”, em Campo Grande (MS) e “Não à transposição das águas do rio Itapanhau”, em São Paulo. Ao criar a campanha, o usuário preenche livremente, “com orientações do time de mobilização do Greenpeace”, os campos de título, endereçamento, descreve o problema e sua importância, escolhe as categorias de interesse, indica o local da ação e a meta de assinaturas. Também fica aparente o nome dos últimos participantes que aderiram em “assinado pela última vez em”; dando mais personalização ao manifesto; há ainda a possibilidade de comentários na petição com críticas, questionamentos, apoio (maioria), informações complementares e chamadas para eventos presenciais.

O portal do ISA, na ocasião, fevereiro de 2020, manteve uma estrutura de cinco destaques rotativos, sendo notícias sobre as mobilizações do Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana dos contra o garimpo em terras indígenas<sup>16</sup>; as ações dos povos do Xingu para conter as queimadas em seus territórios<sup>17</sup>, uma denúncia sobre invasões na Terra Indígena Trinchira Bacajá (PA)<sup>18</sup>; chamada para a reportagem sobre os indígenas vulneráveis da Amazônia “Os donos da floresta em perigo”<sup>19</sup> e, por fim, lançamento de um livro da instituição sobre as ameaças aos territórios indígenas isolados<sup>20</sup>, com uma abertura explícita: “Invasões, garimpo, desmatamentos e queimadas explodiram na Amazônia desde a eleição de Jair Bolsonaro”. No topo do site está a campanha de filiação, vinculada à preocupação com os povos da floresta: “Mais do que nunca, a proteção ao meio ambiente e aos povos indígenas precisa do seu apoio. Lute conosco. Filie-se ao ISA” (Instituto Socioambiental, 2020). São conteúdos não necessariamente atuais, datados de setembro de 2019, por exemplo, porém críticos e de forte construção noticiosa, normalmente com assinatura do jornalista/autor do texto; marca de personalização não reconhecida no Greenpeace.

O portal apresenta predominantemente notícias, artigos e informações de páginas internas e com links para os blogs do próprio ISA e do Xingu,

16 Direto do ISA. (2019). Povos Yanomami e Ye'kwana se unem e exigem: “Fora, garimpo!”. Instituto Socioambiental Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/povos-yanomami-e-yekwana-se-unem-e-exigem-fora-garimpo>.

17 Roman, C. (2019). A meta é incêndio zero. Histórias Socioambientais. Disponível em: <https://medium.com/@socioambiental/a-meta-%C3%A9-inc%C3%AAndio-zero-60112e4c0520>.

18 Harari, I. (2019). Na iminência de um ataque, povo Xikrin luta para defender seu território. Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/na-iminencia-de-um-ataque-povo-xikrin-luta-para-defender-seu-territorio>.

19 Instituto Socioambiental. (2019). Isolados até quando? Histórias Socioambientais <https://medium.com/socioambiental/isolados-at%C3%A9-quando-5a5ff0f88df1>. Disponível em:

20 Direto do ISA. (2019). Com Amazônia sob ataque, povos isolados são os mais vulneráveis. Instituto Socioambiental Disponível em: [https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/com-amazonia-sob-ataque-povos-isolados-sao-os-mais-vulneraveis?utm\\_source=isa&utm\\_medium=&utm\\_campaign=](https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/com-amazonia-sob-ataque-povos-isolados-sao-os-mais-vulneraveis?utm_source=isa&utm_medium=&utm_campaign=)

como projeto da ONG. Parte significativa das postagens respondia à política governamental atual, em especial, ao Projeto de Lei que abre as Terras Indígenas à exploração econômica; foram pelo menos cinco textos observados. “Com PL da devastação, Terras Indígenas podem ser inundadas por hidrelétricas”<sup>21</sup>; “PL da devastação ameaça alimentação dos índios ao liberar transgênicos em Terras Indígenas”<sup>22</sup>; “Indígenas do Rio Negro mandam recado ao governo: PL 191 é inconstitucional”<sup>23</sup>, “Maia diz que projeto de Bolsonaro para Terras Indígenas está sob seu controle e não é prioridade”<sup>24</sup>; “PL da devastação atropela Constituição ao tentar “legalizar” garimpos em Terras Indígenas”<sup>25</sup>. As notícias contam com áudios, fotos, vídeos, mas não trazem recursos mais ciberativistas para ampliar o alcance das informações como petições agregadas, *hashtags* e frases imperativas para mobilizar a rede.

De perfil menos aguerrido, identificamos no ISA a preocupação em complexificar as histórias a partir das perspectivas comunitárias, tanto que duas chamadas da página inicial levam para reportagens multimídias na plataforma de conteúdo colaborativo *Medium*. Desde 2016, o ISA edita o perfil “Histórias Socioambientais” com foco “na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos dos povos”<sup>26</sup>; até o final 2019 já tinha publicado 42 histórias, sempre relacionando as questões ambientais com as comunidades tradicionais, mas revelando o agravamento dos problemas com o governo atual (Miguel, 2019).

O tema dos incêndios, por exemplo, muito abordado midiaticamente até pelos altos níveis adquiridos em 2019<sup>27</sup>, foi relacionado no *Medium* ao conteúdo “A meta é incêndio zero, já citado, com angulação para além da factual; de como

21 Blog do ISA. (2019). Com PL da devastação, Terras Indígenas podem ser inundadas por hidrelétricas. Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/com-pl-da-devastacao-terras-indigenas-podem-ser-inundadas-por-hidreletricas>.

22 Bensusan, N. (2020). PL da devastação ameaça alimentação dos índios ao liberar transgênicos em Terras Indígenas. Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/pl-da-devastacao-ameaca-alimentacao-dos-indios-ao-liberar-transgenicos-em-terras-indigenas>.

23 Radler, J. (2020). Indígenas do Rio Negro mandam recado ao governo: PL 191 é inconstitucional. Instituto Socioambiental. Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/indigenas-do-rio-negro-madam-recado-ao-governo-pl-191-e-inconstitucional>.

24. Souza, A. B. (2020). Maia diz que projeto de Bolsonaro para Terras Indígenas está sob seu controle e não é prioridade. Instituto Socioambiental. Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/maia-diz-que-projeto-de-bolsonaro-para-terras-indigenas-esta-sob-seu-controle-e-nao-e-prioridade>.

25. Blog do ISA. (2020). PL da devastação atropela Constituição ao tentar “legalizar” garimpos em Terras Indígenas. Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/pl-da-devastacao-atropela-constituicao-ao-tentar-legalizar-garimpos-em-terras-indigenas>.

26 Informações do perfil Histórias Socioambientais, na plataforma Medium. Nossa observação foi realizada diariamente entre junho e dezembro de 2019 para confecção da tabela. Na ocasião, o perfil estava com 42 publicações, dois mil seguidores, média de sete minutos de leitura e engajamentos que variavam de duas a 240 interações positivas.

27 A mais recente notícia evidencia o aumento dos focos de incêndio em 2019, segundo pesquisa do Inpe. Meio Ambiente. (2020). Focos de incêndio na Amazônia sobem 30% em 2019. Portal Terra. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/sustentabilidade/meio-ambiente/focos-de-incendio-na-amazonia-sobem-30-em-2019,09c7f743c65b4ee0d05169ef3bc0ab17tvt14w6q.html>.

uma prática milenar teve que ser revista em seu manejo para não agravar o problema do fogo na biodiversidade.

Outro texto de forte posicionamento foi o último publicado na plataforma no ano de 2019: “Amazônia, a floresta que pulsa em nós”<sup>28</sup>. Ali há clara crítica à condução da política ambiental. Uma das infografias, por exemplo, anuncia como o “efeito Bolsonaro” aumenta a destruição da Amazônia. A reportagem relata um evento, que discutiu soluções sustentáveis para a floresta em diferentes frentes, realizado pelo ISA, em conjunto com a Associação dos Moradores da Resex Rio Iriri, Instituto Ibirapitanga e pela jornalista Eliane Brum, reconhecida pela prática humanizadora que imprime ao jornalismo; ela é fonte de informação no texto e entrevistada no documentário que integra a narrativa. A função aqui nos parece menos ativista e mais formativa, de sensibilização dos leitores para conhecer outras realidades e relacionar os problemas ambientais de forma mais holística.

Nos nossos levantamentos anteriores comprovamos que o Instituto Socioambiental é o que mais investe nas plataformas multimídias e desperta para o contar histórias de novos modos de relacionamento entre sociedade/povos tradicionais e natureza. Nossa preocupação é com o alcance de produtos tão elaborados no conteúdo - configurando-se como grandes reportagens multimídia -, e na forma, porque agregam fotografia, documentários, infografia e mapas em uma estética que prioriza imagens bem produzidas de belezas naturais e retratos dos povos. No *Medium*, por exemplo, são apenas dois mil seguidores, com interações máximas de 240 curtidas/palmas. São poucos comentários/respostas, no máximo três identificadas até fevereiro de 2020, ou seja, nenhum debate ou interlocução sobre os assuntos, portanto, investimentos que podem atender à demanda institucional, inclusive de financiadores, mas as métricas apontam para a pouca visibilidade.

Em menor grau, o ISA revela o midiativismo em campanhas específicas, como a #menospreconceitomaíndio (figura abaixo), de combate ao preconceito indígena, a partir de vídeos e textos feitos com o povo Baniwa, onde há uso de *hashtags*, incentivo ao compartilhamento, cadastro para mais informações e incentivo à filiação.

Enfim, traçamos aqui em linhas gerais como as organizações têm se comunicado e reagido às afrontas constantes. Usam múltiplos recursos, produções diversificadas, de cunho jornalístico, midiativista e, sobretudo, com investimentos narrativos importantes. Vamos retomar nossas reflexões de forma mais propositiva nas próximas linhas.

---

28 Hariri, I.(2019). Amazônia, a floresta que pulsa em nós. Histórias Socioambientais. Disponível em: <https://medium.com/@socioambiental/amaz%C3%B4nia-a-floresta-que-pulsa-em-n%C3%B3s-873de45c57c1>.

Figura 3: Imagem da plataforma *Mais Índio*.



Recuperada de <https://campanhas.socioambiental.org/maisindio/>

#### 4. Considerações em curso

Articulamos nossas pesquisas anteriores com a necessidade de entender as respostas do midiativismo socioambiental às problemáticas factuais que nos cercam. Tentamos, neste momento, não só compilar nossas observações numa síntese descritiva e problematizadora, mas também ensaiar respostas para as perguntas colocadas ao longo dessa discussão, tendo como horizonte o fluxo contínuo que essa pesquisa infelizmente merece, já que os prognósticos das políticas ambientais não são alentadores. Um dos primeiros questionamentos versa sobre o próprio movimento ambiental contemporâneo, se é supervalorizado como bastião da preservação ou minimizado como grupo disperso. Nesse sentido, as organizações que compõem o movimento não podem ser colocadas como um setor esvaziado porque carregam em si, e na longa trajetória prática e discursiva, potência política ao pautar a mídia convencional, pressionar (e incomodar governos) e mobilizar a sociedade em torno da luta socioambiental. Os resultados dos tantos projetos e ações que desenvolvem, e fogem do nosso escopo, podem ser difusos, mas perfeitamente mensuráveis para além do plano comunicativo que nos interessa aqui.

O fato é que mesmo o longo histórico de atuação para consolidação da pauta socioambiental não é suficiente para barrar as afrontas e a deslegitimação da causa, o que exige um posicionamento dos atores relevantes desse campo social. Aqui retomamos outra das indagações. Como as organizações estão se situando no cenário de conflito direto?

Se antes, na emergência do discurso ambientalista, o movimento social fazia oposição ao governo, em uma aposta antissistêmica, aprendeu a trabalhar em parceria quando categorizado como organizações do terceiro setor, mais precisamente a partir da década de 1990. Ao serem agora diretamente ultrajadas pelo mesmo governo que deveria ser aliado da conservação dos recursos ambientais, com respaldo de setores sociais, as ONGs respondem com certo espanto e imediatismo, até porque são citadas nominalmente e efetivamente perdem espaços de participação política. O consenso não parece ser uma possibilidade e agem em vigilância, em alerta para reagir com campanhas, mobilizações, notas oficiais, ações presenciais e até medidas judiciais.

Trazemos para a arena duas ONGs tradicionais, com diferenças nos focos de atuação e abrangência geográfica, mas que usam de suas plataformas comunicativas, ainda que de forma mais reativa do que propositiva, para tentar resgatar a importância do debate sobre preservação do meio ambiente e suas correlações. Mas as estratégias midiáticas se sustentam?

As duas ONGs agem de forma mais reativa, reiteramos. O Greenpeace, de perfil ciberativista, oferece mais espaço de engajamento, inclusive com possibilidade de criar as próprias campanhas, a partir da plataforma Bugio e do Guia de Mobilização. Também enfrenta a contrainformação com uma página específica de crítica direta e fácil acesso (porém, de imediato, não muito publicizada), em parceria com outras instituições, a [governodadestruicao.org](http://governodadestruicao.org).

O ISA, por outro lado, produz narrativas mais aprofundadas, com forte investimento jornalístico, pluralidade de fontes de informação, protagonismo comunitário para apresentar diferentes formas de vida e de relação com o meio ambiente. Falta, contudo, adesão dos públicos, replicação dos conteúdos para um alcance significativo. A ONG não tem como foco o ciberativismo ou mobilizações presenciais, mas atenção às reivindicações dos povos tradicionais, com a realização de eventos e debates para responder ao afrouxamento das políticas públicas; o viés é mais formativo. As práticas nos parecem insuficientes para a presente esfera nebulosa. Chegamos, portanto, ao questionamento central: o que resta ao ativismo midiático socioambiental?

Resistir. Manter a vigilância para reagir e, sobretudo, agir na revelação das problemáticas socioambientais. A utilização das diferentes mídias e redes sociais e os recursos tecnológicos empregados são importantes, mas é necessário ampliar o alcance da comunicação, que vemos como a maior aliada para combater a desestruturação das políticas ambientais e conquistar engajamentos públicos e até apoio internacional para exercer pressão nas decisões governamentais. A linguagem adequada e pertinente às redes sociais com uso de *hashtags*, incentivo à replicação de mensagens, campanhas em rede deve persistir, buscando atingir os não iniciados e, nesse sentido, a parceria com a mídia convencional pode ser uma aposta, assim como a visibilidade em redes sociais mais usuais como Facebook. As organizações devem divulgar amplamente e de forma transparente suas ações e projetos, reforçando sua

relevância para além do debate, visto como demasiadamente abstrato em tempos de pragmatismo irracional. “A disputa pela mobilização da opinião pública evidencia-se mediante uma disputa de narrativas” (Moraes & Fante, 2010, p.339). Nesse sentido, o caminho que vislumbramos é de combate a desinformação com transparência, visibilidade e acessibilidade, articulando, como no caminho já proposto por Levis et al. (2019), atuação institucional e mobilização social.

## Referências bibliográficas

- Alonso, A. & Favareto, A. (2012). Do Rio ao Rio. *Revista Comciência*, 136 (1). Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=75&id=935>
- Assessoria de Imprensa (2020). Posicionamento - resposta ao presidente Bolsonaro. *Greenpeace Brasil*. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/press/posicionamento-bolsonaro-desconhece-greenpeace/>.
- Bensusan, N. (2020). PL da devastação ameaça alimentação dos índios ao liberar transgênicos em Terras Indígenas. *Instituto Socioambiental*. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/pl-da-devastacao-ameaca-alimentacao-dos-indios-ao-liberar-transgenicos-em-terras-indigenas>.
- Bentes, I. (2015). *Mídia-Multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Blog do ISA. (2019). Com PL da devastação, Terras Indígenas podem ser inundadas por hidrelétricas. *Instituto Socioambiental*. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/com-pl-da-devastacao-terras-indigenas-podem-ser-inundadas-por-hidreletricas>.
- Blog do ISA. (2020). PL da devastação atropela Constituição ao tentar “legalizar” garimpos em Terras Indígenas. *Instituto Socioambiental*. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/pl-da-devastacao-atropela-constituicao-ao-tentar-legalizar-garimpos-em-terras-indigenas>.
- Braighi, A. A.; Câmara, M.T. (2018). O que é Midiativismo? Uma proposta conceitual. In Braighi, A. A.; Lessa, C.; Câmara, M. T. (Orgs.), *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática* (pp.25-42). Belo Horizonte: Cefet (MG).
- Castells, M. (2011). *Comunicación y Poder*. Madrid: Alianza editorial.
- Castells, M. (2000). *O poder da identidade*. 2ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Dias, R. (2007). Tematização e circulação de enunciados em mídias radicais, de organização e informativas pelos movimentos de resistência global. En Ferreira, J. & Vizer, E. (Orgs.), *Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação* (pp.201-231). São Paulo: Paulus.
- Direto do ISA. (2019a). Povos Yanomami e Ye'kwana se unem e exigem: “Fora, garimpo!”. *Instituto Socioambiental*. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/povos-yanomami-e-yekwana-se-unem-e-exigem-fora-garimpo>.
- Direto do ISA. (2019b). Com Amazônia sob ataque, povos isolados são os mais vulneráveis. *Instituto Socioambiental*. Disponível em: [https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/com-amazonia-sob-ataque-povos-isolados-sao-os-mais-vulneraveis?utm\\_source=isa&utm\\_medium=&utm\\_campaign=](https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/com-amazonia-sob-ataque-povos-isolados-sao-os-mais-vulneraveis?utm_source=isa&utm_medium=&utm_campaign=)

- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gomes, W. (2001). Opinião pública política hoje: uma investigação preliminar. En Fausto Neto, A. et al. (Orgs.). *Práticas mediáticas e espaço público* (pp.61-88). Porto Alegre: Editora da PUC/RS.
- Greenpeace Brasil.(2019a). Parem a destruição ambiental!. *Greenpeace Brasil*. Disponível em: <https://www.greenpeace.org.br/parem-a-destruicao-ambiental?ga=2.253041737.1770710740.1580842767-2073466421.1502818922>.
- Greenpeace Brasil. (2019b). Guia de Mobilização #TodospelaAmazônia. *Greenpeace Brasil*. Disponível em: [https://downloads.greenpeace.org.br/guia-de-mobilizacao-sem-floresta-sem-vida/?utm\\_source=referral&utm\\_medium=internal&utm\\_campaign=queimadas%26utm\\_content=en\\_share\\_website&\\_ga=2.144475190.244273757.1581216722-1742193433.1581216722](https://downloads.greenpeace.org.br/guia-de-mobilizacao-sem-floresta-sem-vida/?utm_source=referral&utm_medium=internal&utm_campaign=queimadas%26utm_content=en_share_website&_ga=2.144475190.244273757.1581216722-1742193433.1581216722).
- Greenpeace Brasil. (2019c). Crise do óleo e da Amazônia: Greenpeace realiza ação contra desmonte ambiental. *Greenpeace Brasil*. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/press/crise-do-oleo-e-da-amazonia-greenpeace-realiza-acao-contra-desmonte-ambiental/>.
- Greenpeace Brasil. (2019d). Um governo contra o meio ambiente. *Greenpeace Brasil*. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/resista/um-governo-contra-o-meio-ambiente/>.
- Herrero, T. (2020). Jornada das tartarugas: um filme sobre as ameaças aos oceanos. *Greenpeace Brasil*. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/jornada-das-tartarugas-um-filme-sobre-as-ameacas-aos-oceanos/>.
- Harari, I. (2019a). Na iminência de um ataque, povo Xikrin luta para defender seu território. *Instituto Socioambiental*. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/na-iminencia-de-um-ataque-povo-xikrin-luta-para-defender-seu-territorio>.
- Harari, I. (2019b). Amazônia, a floresta que pulsa em nós. *Histórias Socioambientais*. Disponível em: <https://medium.com/@socioambiental/amaz%C3%B4nia-a-floresta-que-pulsa-em-n%C3%B3s-873de45c57c1>.
- Instituto Socioambiental. (2019). Isolados até quando? *Histórias Socioambientais*. Disponível em: <https://medium.com/socioambiental/isolados-at%C3%A9-quando-5a5ff0f88df1>.
- Jacobi, P. (2007). Socioambientalismo. In Ricardo, B. & Campanili, M.(Orgs). *Almanaque Socioambiental 2008* (pp.461- 468). São Paulo: ISA.
- Jenkins, H. (2009). *Cultura da Convergência*. Tradução Suzana L. de Alexandria. 2ª ed. São Paulo: Aleph.
- Leff, E. (2002). *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez.
- Leis, H. & Viola, E. (1995). A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971 - 1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In Hogan, D. & Vieira, P. F. (Orgs.), *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável* (pp.73-102). Campinas (SP): Editora da Unicamp.
- Levis, C. et. al. (2020). Help restore Brazil's governance of globally important ecosystem services. *Nat Ecol Evol* 4, pp.172–173. Recuperado de <https://www.nature.com/articles/s41559-019-1093-x>
- Malini, F. & Antoun, H. (2013). *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina.
- Mazzarino, J. M. & Miguel, K. G. (2017). Midiativismo Em Processos De Comunicação Ambiental Engendrados por Organizações Ambientalistas: discussões e proposições.

- Contracampo*, 36 (2), 114-132.
- Meio Ambiente. (2020). Focos de incêndio na Amazônia sobem 30% em 2019. *Portal Terra*. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/sustentabilidade/meio-ambiente/focos-de-incendio-na-amazonia-sobem-30-em-2019.09c7f743c65b4ee0d05169ef3bcoab17vt14w6q.html>.
- Miguel, K. (2014). *Pensar a cibercultura ambientalista: comunicação, mobilização e as estratégias discursivas do Greenpeace Brasil* (Tese de Doutorado). Universidade Metodista de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. São Bernardo do Campo.
- Miguel, K. (2019). Narrativas socioambientais: afeto e experimentações jornalísticas na estética transmídia. *Revista Interamericana de Comunicação Midiática*. 37 (8), pp.154-167. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/34329/pdf>.
- Miguel, K. & Fraiha, M. (2019). Jornalismo e afetos na experiência transmídia do movimento ambiental. *Revista Observatório*. 5 (4), 280-308. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/5778/15501>.
- Moraes, C. & Fante, E. (2018). *Uma cartografia do midiativismo ambiental em Porto Alegre*. . In Braighi, A. A; Lessa, C.; Câmara, M. T. (Orgs.), *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática* (pp.336-355). Belo Horizonte: Cefet (MG).
- O Bugio. (2019). Nova Campanha. *O Bugio*. Disponível em: <https://www.obugio.org.br/petition/new?source=Story>.
- Radler, J. (2020). Indígenas do Rio Negro mandam recado ao governo: PL 191 é inconstitucional. *Instituto Socioambiental*. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/indigenas-do-rio-negro-madam-recado-ao-governo-pl-191-e-inconstitucional>.
- Roman, C. (2019). A meta é incêndio zero. *Histórias Socioambientais*. Disponível em: <https://medium.com/@socioambiental/a-meta-%C3%A9-inc%C3%AAndio-zero-60112e4c0520>.
- Renó, D. y Flores, J. (2012). *Periodismo transmedia*. Madrid: Fragua editorial.
- Souza, A. B. (2020). Maia diz que projeto de Bolsonaro para Terras Indígenas está sob seu controle e não é prioridade. *Instituto Socioambiental*. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/maia-diz-que-projeto-de-bolsonaro-para-terras-indigenas-esta-sob-seu-controle-e-nao-e-prioridade>.
- Sodré, M. Midiativismo: uma espécie de filho histórico de John Dewey. In Braighi, A. A; Lessa, C.; Câmara, M. T. (Orgs.), *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática* (pp.21-23). Belo Horizonte: Cefet (MG).
- Tavolaro, S. (2001). *Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral*. São Paulo: Anablume/Fapesp.

